

Programa assentará 55 mil famílias até outubro

JOAQUIM FIRMINO

JÚLIO MOSQUERA

Até o fim de outubro, o Programa de Assentamento pretende atender a 55 mil famílias, entre favelados e inquilinos de baixa renda. Todos serão contemplados com lotes semi-urbanizados de 128 metros quadrados, em regime de concessão de uso, o que impede a venda do imóvel. Inicialmente os beneficiados estão sendo abrigados em Samambaia, mas existe estudo para que também sejam utilizadas outras cidades-satélites.

O programa compreende três etapas. A inicial foi o cadastramento das famílias, acompanhado pela numeração dos barracos de todas as invasões. Dessa forma, procurou-se evitar que a notícia do assentamento criasse um inchaço nas favelas, além de priorizar a mudança dos moradores mais antigos das localidades.

Na segunda etapa, foram checados os dados obtidos através do preenchimento da ficha social de cada inscrito. O grande número de pretendentes obrigou a uma seleção, baseada em fatores como número de filhos, remuneração mensal e tempo de ocupação dos barracos. Conferidas as informações, foi desencadeada a remoção para Samambaia. Cerca de 18 mil pessoas já se econtram instaladas na nova satélite.

A última fase do processo ainda levará algum tempo para ser efetuada. Julimar Camargo, coordenadora da remoção, salienta que o trabalho de desenvolvimento comunitário ocorrerá no término do assentamento: "Assim que todas as famílias estiverem fixadas, intensificaremos o acompanhamento social. Até lá, estamos concentrados no serviço de remoção".

CONSTRUÇÃO

Depois de receberem os lotes, as famílias ficam encarregadas de levantar as casas. Sem condições financeiras para adquirir material de construção, a orientação é que utilizem a madeira dos antigos barracos das invasões. Mas é feita a ressalva de realizarem o trabalho no fundo dos terrenos.

Um convênio firmado entre o GDF e a Fundação Maria do Barro tornará em possível, em curto período, a produção de tijolos e telhas. "Aos interessados, será ensinado o método de fabricação da matéria-prima aplicada nas construções. Em pouco tempo, todos poderão fazer casas de alvenaria. Por isso, deixamos livre a parte da

frente dos lotes", esclarece Julimar.

A intenção é que os moradores dediquem pelo menos duas horas diárias ao ofício. Aqueles que não possuem recursos para aquisição da matéria utilizada na elaboração dos tijolos e telhas, receberão tudo gratuitamente, mas terão que se dedicar ao trabalho com maior intensidade. "Se houver determinação, ninguém continuará morando em barracos", acrescenta Julimar.

Para os inquilinos de fundo de quintal, o processo de ocupação dos lotes será diferente. Sacrificado o orçamento doméstico pelo pagamento de aluguéis muito elevados, eles acabam despejados. Mas, ao contrário da grande maioria dos moradores de invasões, aqueles possuem empregos fixos e recebem salários regularmente.

Considerando esse aspecto, o GDF pretende deixar a tarefa de ocupação e construção das casas com os próprios inquilinos de baixa renda. Assim, será autorizada a concessão provisória do uso dos terrenos e eles terão trinta dias para ocupar os locais. Julimar explica que esse procedimento não deve ser encarado como discriminatório: "Se não houver condições de aquisição do material de construção nós poderemos auxiliá-los".

MUDANÇA

A primeira favela desmontada foi a da Boca da Mata, em Taguatinga Sul. Com duas mil e 120 famílias, a invasão mobilizou funcionários do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (SLU) e assistentes sociais do GDF. A mudança foi feita por caminhões cedidos pelo Governo, que montou equipes de recepção em Samambaia.

Em um galpão, na entrada da satélite, é feito o primeiro contato com os novos moradores, que recebem instruções sobre os lotes a serem ocupados, forma de construção, ponto de localização para coleta de água e escola para as crianças. Embora todo o setor esteja iluminado, a Companhia de Eletricidade de Brasília (Ceb) mantém um posto de plantão, encarregado de instalar os relógios de consumo de energia sempre que algum inquilino é assentado.

Nos dias 17, 18 e 19 de março foram transferidos outros 68 barracos, que formavam a Vila Xavier, localizada em frente à UnB. Receberam fixação também as famílias residentes no Espigão de Sobradinho, posicionado no Setor Hoteleiro da satélite.

Elas habitavam um esqueleto de hotel, abandonado antes da conclusão da obra.

Outros que estão em Samambaia são os habitantes da Vila Sarney (614 Sul), Asa Branca (MSPW, conjuntos 13 e 14) e diversos espalhados pelo Plano Piloto, entre eles os moradores da Ponte do Bragueto e de algumas passarelas do Eixão Norte. A próxima remoção será efetuada nas invasões do Núcleo Bandeirante, onde Julimar lembra a existência de um problema que dificulta o programa de Assentamento: "Existem muitas famílias que armaram barracos há menos de um mês. Nós compreendemos o problema delas, mas somos obrigados a dar prioridade às pessoas que vivem há vários anos na cidade".

A mudança dos inquilinos de fundo de quintal ainda deverá demorar mais tempo. Eles estão sendo visitados por funcionários do GDF e membros das associações comunitárias, que verificam a verdade dos dados fornecidos no momento da inscrição. Concluída essa etapa, será efetuada a seleção. "Temos que confrontar as informações, porque muitos dos pretendentes não se enquadram nos critérios do assentamento", esclarece Julimar.

Um dos quesitos fundamentais para se receber um lote é nunca ter possuído imóvel em Brasília. É preciso também ter renda inferior a três salários mínimos. Outra preocupação do Governo é que o requisitante more no DF antes de novembro passado, quando foi anunciada a criação do programa. Evite-se, assim, que a possibilidade de se ganhar um terreno aumente a imigração para a cidade.

A demora na elaboração da lista dos inquilinos de fundo de quintal fez com que o GDF autorizasse as associações de moradores das satélites a indicar 20 famílias para serem beneficiadas de imediato com a concessão dos terrenos. Os primeiros 500 lotes foram liberados para 23 associações de Taguatinga. Segundo Julimar, os próximos a serem atendidos serão os residentes na Ceilândia.

Ao todo, devem ser atendidas 40 mil famílias de fundo de quintal. Não é possível, ainda, determinar o número de casas que Samambaia terá condições de abrigar, mas está nos planejamentos do Governo utilizar também os terrenos vazios nas cidades-satélites. Antes, será efetuado um estudo do solo para evitar danos ao meio ambiente.